ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CÂMARA MUNICIPAL DE PARATY

PARATY - CIDADE HISTÓRICA - MONUMENTO NACIONAL

APROVADO
Por 07 votos a favor,
— votos contra
e — abstenção(ões).
Paraty, 19/10/2015
Presidente

ATA DA CONSULTA PÚBLICA QUE TRATA DE ASSUNTOS PERTINENTES A PRECARIEDADE DO SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO NO MUNICÍPIO DE PARATY.

Aos dois (02) dias do mês de Outubro do ano de dois mil e quinze (2014), no Salão Nobre da Câmara Municipal de Paraty, localizada à Rua Dr. Samuel Costa, n° 23/25, realizou-se às 13 horas, a REUNIÃO DA CONSULTA PÚBLICA QUE TRATA DE ASSUNTOS PERTINENTES A PRECARIEDADE DO SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO NO MUNICÍPIO DE PARATY, presidida pelo Vereador Luciano de Oliveira Vidal, que abre a reunião lendo o motivo da consulta pública, convidando as autoridades presentes pra fazer parte da mesa, os Vereadores Benedito Crispim de Alcântara (Picó), Luiz Cláudio Alcântara da Costa (Lulu), Celso Luiz Vieira Coelho (Tekinho), Deilimar Barros da Silva, Valceni da Silva Teixeira (Sanica), Fernando Pedro Louro, José Benedito de Oliveira (Zé do Chico). Solicitou ao Vereador Tekinho Secretário para que assessorasse na mesa o primeiro Vice Presidente Vereador Sanica. Convidou as autoridades presentes. Tenente Itaboraí, Secretário de Obras e Transportes, Senhor Ronaldo Carpinelli, Dr. Francisco Benedito Lopes - Delegado de Polícia, Eliane Tomé – Secretária de Educação, Sub Secretário de Educação Fábio Santos, Representante da Empresa Senhor Tarcisio Paniza – Representante da Colitur. Registrou a presença de Marcio Alvarenga, Presidente da Colônia Z-18 e do José Cláudio – Secretário de Habitação. Foi ouvido o Hino Nacional e o Hino de Paraty. Logo após o Senhor Presidente leu o regulamento da consulta pública. Franqueou a palavra aos Vereadores presentes. Passou a palavra para o representante da Polícia Militar, Tenente Itaboraí, ao Dr. Francisco Benito Lopes, Delegado de Polícia, ao representante do DETRO – Departamento de Transporte Rodoviário do Estado do Rio de Janeiro, professora Eliane Tomé, ao Secretário de Obras e Transportes Ronaldo Carpinelli, o Presidente Vereador Vidal para fazer suas breves palavras iniciais. O Senhor Tarcizo fez uso da palavra. Foram sorteadas algumas pessoas para fazer perguntas às autoridades presentes. Todas as perguntas foram respondidas. Dr. Rodrigo fez a apresentação do Decreto Legislativo. A funcionária Thereza também fez uma explanação. O Senhor Presidente colocou em votação o Decreto Legislativo, que foi aprovado por quarenta e três a vinte e três. Colocou em também em votação a Lei Municipal que regulamenta o sistema de transporte do Município, Projeto de Lei 55/2015,

APROVADO
Por 07 votos a favo
votos contra
e abstenção(ões)
Paraty 19/10/2015
Presidente

melhor forma esse evento e que possamos buscar uma solução porque não sabemos qual a solução devida, porque não é fácil. Então precisamos da junção de todos, espero o respeito e a compreensão de todos aqui presentes nessa sessão. Neste momento, franqueio a palavra aos Vereadores presentes, peço pra cronometrar o tempo que são três minutos. Todos os Vereadores e em seguida as autoridades aqui presentes e o representa da Empresa. Com a palavra o **Vereador Tekinho:** Boa tarde a todos. Estamos hoje aqui fazendo essa audiência pública que dá um destino no nosso Município. Queria também agradecer a presença de todos, as autoridades, o Delegado, o Comandante, os Vereadores, Sr. Tarcizo da Colitur, os funcionários, a população presente. Dizer a vocês que a situação da Colitur está aqui desde 74 e teve uma concessão em 2003 para regularizar os ônibus e a prefeitura fiscalizar. Foi renovado em 2008 e acabou em 2013 e até esse momento não feito a concessão de novo. Essa concessão é válida de trinta anos e nós tivemos vários acidentes com a Colitur, com os ônibus. Ônibus esses que vocês que andam e vê os ônibus que a maioria das vezes não têm condições de anda na BR e na RJ. Esse acidente que houve domingo de setembro dia 06, chocou praticamente nós paratienses e o mundo todo. Ônibus esse que não tinha condições de ir pro Morro Deus me livre, que não foi um ônibus urbano que foi pra lá. Foi um ônibus intermunicipal. Todos nós sabemos que Trindade, Laranjeiras e o Penha aonde eu vejo também. Tem que ser ônibus apropriado, a gente fiscaliza, fizemos uma reunião publica realizada em 25/06/13 aonde a Colitur se comprometeu arrumar os ônibus ou então botar frota nova, porque tem validade de sete anos. Quando nós entramos aqui em 2013, em 2012 a passagem subiu pra R$ 3,70, nós abaixamos ela pra R$ 3,40 e nunca teve uma fiscalização nos ônibus da Colitur. Está tendo agora nesse governo, já foram 204 notificações, através da secretaria de obras e ao longo dessa audiência pública os outros vão falar, mais autoridades, as pessoas. Eu acho que a Colitur tem que se adequar para continuar no nosso Município trazendo frota nova. Muito obrigado. Presidente: Franqueio a palavra ao **Vereador Sanica**: Boa tarde a todos. Quero cumprimentar o Presidente da Casa, Vereadores, Secretários, Senhor Tarcizo, pessoas presentes, funcionários da Colitur e dizer que nós queremos o melhor para o nosso Município, independentemente de Colitur ou quaisquer que seja outra empresa a gente não está aqui pra tirar ninguém, colocar ninguém. É a justiça que vai decidir e a gente sabe que o colitur está aqui há muito tempo. A gente sabe que não é fácil as estradas do Município. A gente sabe que a precariedade das estradas ela prejudica muito o serviço público também, mais nós sabemos que a Colitur tem deixado muitas coisas a desejar. Nós sabemos disse. Tivemos aqui uma reunião nesse Plenário. Senhor Tarcizo esteve aqui e a gente sabe que algumas coisas foi

APROVADO
Por 07 votos a favor,
_____votos contra
e ____abstenção(ões).
Paraty, 19/10/2015
Presidente

tratada, combinada aqui nesse Plenário e ainda não foram cumpridas. Mais nós sabemos que não é fácil, no Município a gente fala de transporte coletivo aonde as pessoas que usam o transporte também não ajuda a preservar, não ajudar a preservar, não ajuda a cuidar. Então é muito importante, a gente tem que tomar muito cuidado. Não estou defendendo Colitur e não estou acusando. Eu só falo assim: se ela cumprir com tudo que for regulamentado. Se ela cumprir com tudo que for acordado na reunião. A gente tem a Colitur aqui há quase cinqüenta anos. Também não pode continuar do jeito que está indo. Tem que ser feito muitas coisas, agora quem vai decidir isso não é a gente. É uma consulta pública, também tem a justiça, mais uma coisa eu tenho certeza porque se não fosse a pessoa do Seu Tarcizo, a Colitur estava enrolada, porque é uma pessoa que dá atenção, quando a gente chama pra conversar vem conversar. Todo mundo quer falar mal, mais quando precisa de um ônibus pra Igreja, precisa de um ônibus pro futebol, ela sempre ajudou. Mais não é. Ela tem que fazer isso mesmo. Agora não podemos crucificar e dizer o seguinte: não presta mais. Que eu me lembro, estou com quarenta e dois anos, desde que eu nasci a Colitur está aí. Então eu não posso dizer: fora Colitur, eu não posso. Agora o que eu peço é que se a justiça, se a população concordar, se ela continuar ou não, pelo menos que ela preste um serviço de qualidade e pelo menos coloca ônibus novo e que tenha tratamento diferenciado, por exemplo, Trindade ou Laranjeiras, se eles querem micro ônibus, se lá não dá pra descer ônibus grande então que atenda aquela comunidade devidamente dentro dos padrões da lei, que possa abordar todos porque nós estamos vendo hoje, ah! botaram só sentado. Tá um transtorno na rodoviária, que fica todo mundo lá esperando o ônibus até não sei que horas. Então assim, nós temos que dar solução para o transporte e não mais problemas. Então fica aqui essas palavras minha que eu tenho três minutos e já passei e quero dizer que nós estamos aqui lutando pelo bem da população, não é da Colitur, mais também não podemos crucificar ninguém. Muito obrigado. Presidente: Com a palavra o **Vereador Picó:** boa tarde a todos. Que também cumprimentar aqui primeiramente a Câmara de Vereador, meus amigos companheiros, Presidente da Câmara, todas as pessoas presentes nesse plenário, autoridades militares e civis, guarda municipal, funcionários da Colitur, pessoal da Trindade aqui presente, seu Tarcizo e a todos vocês. É um fato polêmico, mais nós estamos aqui pra fazer o melhor pra nossa cidade. Tem oito meses que venceu a sucessão do contrato da Colitur, eu acho minha gente que nós temos que fazer a licitação, vamos ver empresa que quer participar do nosso transporte municipal da nossa cidade e adequar naquilo que a lei mandar. Eu principalmente não tenho nenhuma autoridade pra tirar nenhuma empresa daqui, quem tem que fazer isso aí são o Forum, Ministério

APROVADO
Por 07 votos a favor,
— votos contra
e — abstenção(ões).
Paraty, 13/10/2015
Presidente

Público. Não eu Vereador Picó, mais lamento o fato que aconteceu com quinze vítimas, foi lamentável, nós estamos tristes até hoje, porque são vidas que se foi. Fiz uma indicação em 2012 nessa Casa pedindo o alargamento do Deus me livre da estrada. Mais infelizmente não foi possível. Espero que agora, depois que aconteceu essa tragédia triste lamentável, que o meio ambiente olhe com mais carinho a nossa estrada que o Deus me livre. Quero aqui também falar pra vocês que hoje dá medo andar nessas estradas. Peço o seu Tarcizo a colaboração e também de alguns motoristas porque estão correndo muito as vezes nas estradas. Então peço mais cautela a vocês motoristas porque vida que vocês carregam e são vidas de vocês. E minha gente, vamos se unir pra gente ter um transporte melhor nessa cidade. Vamos medir força porque só assim que nós conseguimos o melhor pra nossa cidade. Muito obrigado a todos. Presidente: De acordo com as normas regimentais dessa Casa Legislativa, só é permitido a filmagem, fotos da imprensa. Qualquer cidadão que queira fazer fotos, filmagem tem que pedir antecipadamente 48 horas pra fazer uso desse benefício. Lembrando a todos que esta consulta está sendo gravada, está sendo filmada e a pessoa interessada é só solicitar oficialmente esta Casa Legislativa. Estará exposto também no site da Câmara. Todo o documento desta consulta pública está no site www.paraty.rj.gov.br. Com a palavra o **Vereador Lulú:** Senhor Presidente boa tarde. Cumprimentando o senhor presidente cumprimento também meus amigos vereadores, as autoridades presentes e também o público aqui presente uma boa tarde. Gostaria de iniciar a minha fala aqui nesse tema tão polêmico que o transporte público não só no Município. Calhou de chegar no Município, mais é do país inteiro. É um problema que assola o país inteiro. Toda vez que a gente liga a televisão a gente vê o noticiário. Esses dias eu estava vendo uma reportagem no Bom dia Brasil do Secretário de Transporte Rafael Piciane no Rio de Janeiro, falando sobre o transporte no Rio, então eu percebo que é um problema quase que do país inteiro. Só que a gente tem sempre dentro de uma comunidade, um Município hoje tem que ver sempre a nossa cidade e buscar o melhor na nossa cidade, para os nossos moradores. Gostaria de ressaltar aqui a presença do Senhor Tarcizo, uma pessoa que não conhecia, passei a conhecer durante esse mandato, mais um admiro, até mesmo pelo momento que a Empresa a qual ele representa esse momento crítico de hoje, onde ele se faz presente nessa audiência. Ele sabe muito bem que vai ser sabatinado, vai ser criticado e está aqui presente. Então ressalto aqui a sua presença e dizer que como representante do povo, Vereador que fui eleito eu sempre tenho em mente que a gente está aqui e foi eleito pra defender os interesses do povo. Então é isso que se faz aqui hoje. Gostaria apenas de falar de algumas ações que essa Casa

APROVADO
Por 07 votos a favor,
votos contra
e abstenção(ões).
Paraty, 19/10/2015
Presidente

Legislativa fez do primeiro momento que nós entramos aqui. Fomos eleitos em, 2012 e tomamos posse em 2013. Eu tenho aqui um requerimento de 29-04-2013 a qual solicita convocação de audiência pública para discussão sobre a precariedade do sistema de transporte coletivo e individual no Município de Paraty, assinado por todos os vereadores e foi encaminhado pra todos que vocês imaginarem. A prefeitura Municipal, Excelentíssimo Carlos José Gama Miranda, ao Secretário de Obras, na época Rogério Gil, o adjunto Senhor Robson, a Secretaria Municipal de Turismo ao Wladimir, a todo mundo, ao Detro, todo mundo foi encaminhado esse primeiro requerimento. Logo depois foi feito mais um requerimento senhor Presidente, o Senhor é conhecedor disso. Só passando a população pra ter conhecimento porque muito a gente se ouve falar que o Vereador não fez nada, que não faz nada. Mais tem que acompanhar o trabalho da Casa. Ficar na rua falando é muito fácil. Solicita notificação. Esse é um outro requerimento de 01-07-2013. Solicita notificação extrajudicial aos órgãos de fiscalização e controle a respeito da precariedade de prestação de serviços de transportes público, coletivo sob autonomia da Empresa Colitur Transporte Rodoviário campeã de reclamações no Município de Paraty. Isso foi em 01-07-2013. Então eu citei isso senhor Presidente, alguns requerimento, dentre outros, tem vários. Vossa Excelência vai falar de outros na sua fala, até mesmo pra população, pra sociedade ter conhecimento que o trabalhado, a fiscalização, o dever do Vereador a gente vem fazendo ao longo do período que a gente está, só que existem barreiras, limites, fronteiras. A gente vai até um determinado ponto. Dalí em diante não cabe mais a nós aí a gente joga pra cima e o negócio não anda. Gostaria de dizer mesmo até depois desse movimento popular que foi feito depois desse acidente que muito antes essa Casa Legislativa já vinha fazendo suas ações, já vinha buscando, já vinha buscando os problemas que a população relatava a trazia pra nós. Então eu quero dizer que em nenhum momento cruzamos os braços, em nenhum momento fomos omissos a isso, todo momento estava buscando aqui. Senhor Tarcizo é conhecedor disso. Chamamos ele várias vezes aqui nessa Casa. Foi feito certos compromissos, uns foram cumpridos, outros não. O senhor Tarcizo vai poder se defender depois, ele sabe muito disso e dizer a população que aqui na Câmara de Vereadores, vou falar por mim, em nenhum momento eu sou contra a empresa Colitur. Eu não tenho nada com a empresa Colitur. Eu sou contra a maneira que tem o serviço hoje no Município porque ela já roeu o osso. Ela já enfrentou estradas aí sem asfalto, estradas com buracos... Presidente: Com a palavra o Vereador **Zé do Chico:** Gostaria de dizer um boa tarde a todos, Presidente, Vereadores, pessoas aqui presentes. Estamos aqui reunidos somente para uma finalidade: o futuro da nossa cidade, no futuro dos nossos alunos e no futuro dos nossos

APROVADO
Por 07 votos a favor,
— votos contra
e — abstenção(ões).
Paraty, 19/10/2015
Presidente

transportes. É assim que tem que ser seguido o alinhamento de nossas conversas. Não estamos aqui a favor ou contra o outro. Nós estamos aqui preocupado sim com o futuro do transporte coletivo do Município de Paraty. Isso quer dizer a São José, a Colitur e demais empresas, Costa Verde que age em nossa cidade. Foi feito sim, Vereador Lulú uma audiência pública no dia 29-03-2013, uma audiência onde seu Tarcizo estava aqui pondo toda a responsabilidade da empresa Colitur aqui. Até que ele ressaltou a falou que pela primeira vez na vida ele foi chamado para uma audiência pública e ser cobrado durante os serviços dele aqui. Está de parabéns essa Câmara aqui. Está de parabéns a organização que tem feito, a preocupação que tem feito. Vemos sim um acidente gravíssimo, antes disso aí, a Colitur teve as falhas dela e teve as propostas, porque no começo os ônibus eram parados todos na rua. Não tinha nem garagem pra colocar os ônibus, foi corrigido várias coisas, mais seguir a falha, a falha houve e está aí as vítimas aconteceram e está aí a nossa preocupação de pegar um futuro melhor pra escolhermos. Cabe a nós todos aqui em direcionar o nosso futuro. Por isso a preocupação mais do Vereador aqui é em cima de ônibus certos. Não adianta nada dizer que microônibus vai descer a Trindade, é coisa de comentários. Microônibus não desce lugar nenhum porque não tem freio motor. Ônibus existe pra passageiros sentados. Isso aí quem vai estipular a lei são a Secretaria de Transporte do Município que está apta a isso aí, o ônibus que vai ser e que não vai ser. Mais sim ditar regras e fazer a regra funcionar. São essas as palavras do Vereador aqui, com a preocupação do pessoal da Trindade, Laranjeiras, diferenciar os lugares como falou o Vereador Sanica, de parabéns porque nós temos parte nossa do Município que são planas e são aclive muito forte. Tem o morro que se chama Deus me livre eu perdi um caminhão lá na época zerado, sem o lugar que é e o perigo que é, sei da preocupação toda nossa da Trindade que é a menina dos olhos de todos nós que moramos em Paraty, que nascemos fora daqui, sabemos da parte do turismo nessa região. Então eu quero ouvir a todos para tomar uma conclusão honesta e séria. Presidente: Com a palavra o **Vereador Dr. Fernando:** boa tarde a todos. Obrigado a todos pela presença. Esse procedimento da audiência pública quando se esgotam os outros encaminhamentos, convoca audiência pra ver se a gente pode responder nessa questão em foco que é o transporte coletivo. Dependendo do resultado dessa audiência, vai ser encaminhado um Decreto Legislativo decretando a caducidade da empresa que presta o serviço na cidade atualmente. Isto que está acontecendo é o que não devia estar acontecendo. Se o serviço tivesse sendo prestado adequadamente, isso não seria necessário. Audiência Pública é porque não está sendo bem prestado. De quem é a responsabilidade? A responsabilidade é de todos nós. É da empresa,

APROVADO
Por 07 votos a favor,
votos contra
e abstenção(ões).
Paraty, 19/10/2015
Presidente

é do Executivo, é do Legislativo, é da população e é do Judiciário julga, que quando vai o recurso pra lá não julga, joga pra frente, não julga nada. Então aí não tem jeito, mata não pune, então vamos matar. Aquilo que aconteceu na Trindade que eu vi com os meus olhos e com o meu coração, aquilo é inadmissível, aquilo é tratado ao ser humano como lixo. Se jogasse um saco de lixo em cima daquelas pessoas que estavam mortas ali é a mesma coisa. Chega disso, vamos tomar atitude. Vamos ter o plano de mobilidade. Vamos adequar os carros. Tem transporte marítimo. Paraty é múltiplo, tem transporte marítimo, tem transporte terrestre, tem estrada desse jeito, não é tudo igual. Tem que tratar os diferentes, diferente. Em casa a gente não faz isso com nossos filhos? Eu tenho seis, são seis diferentes. Eu trato diferente. Os assuntos são diferentes, tem que tratar diferente. As estradas são diferentes, tem que tratar diferente. Isso que aconteceu era esperado. Estava esperando a hora de acontecer. Se continuar, vai acontecer de novo e não tinha acontecido ainda pela excelente qualidade dos motoristas da Colitur. Aquele motorista em específico não tinha experiência naquela estrada, porque se fosse um motorista experiente que estava dirigindo na Trindade, ele teria um procedimento diferente, ele jogaria o ônibus pro lado, ele não faria aquilo. Quem colocou aquele motorista, naquele dia, naquela estrada cometeu um erro grave, matou dezesseis pessoas. Teria muita coisa pra falar. Eu só quero pedir perdão. Presidente: com a palavra o **Vereador o Deilimar:** Senhor Presidente, senhores Vereadores, pessoas presentes. Hoje está acontecendo essa consulta pública. Quero agradecer a presença de todos vocês aqui. Aos funcionários da Colitur que estão aqui também preocupados com seus empregos também. O povo da Trindade que passou aquele momento difícil, no dia seis e dizer que a Câmara tem feito o seu papel, não de agora como antes também, em 2013 teve essa audiência pública trazendo o seu Tarcizo aqui. Várias empresas como a Reunidas, Costa Verde e foi tratado alguns assuntos ali, mais infelizmente não foram cumpridos e até a gente vê não só aqui em Paraty, mais sim o Brasil todo, o transporte público é precário e infelizmente aqui não deixa de ser dessa tragédia que houve na nossa cidade. São dezesseis vítimas. Imagina se fosse o povo aqui de Paraty seu Tarcizo. Eu gostaria de estar falando isso pro seu Paulo Afonso. Tenho certeza que o senhor tem feito a sua parte na medido do possível. Mais quem deveria estar aqui era o responsável pela Colitur, o dono da Colitur, seu Paulo Afonso, pra gente poder estar falando isso pra ele. Tenho certeza que o senhor faz a sua parte. Os funcionários também, na medida do possível. Temos que tomar uma atitude. Eu acho que passou da hora. Poderia ter feito isso bem antes pra não ter acontecido essa tragédia na nossa cidade. Eu ando esse Brasil todo, recentemente estive em duas cidades e falei que era de Paraty e as pessoas

APROVADO
Por 07 votos a favor,
votos contra
abstenção(ões).
Paraty, 19 / 10 / 2015
Presidente

sempre pergunta se é da cidade daquela tragédia. É triste, espero que realmente as coisas aconteçam porque basta. Eu acho que tem que dar oportunidade pra outras empresas participarem da licitação, não ficar só numa que está aí há anos. A Colitur tem que participar mais tem que está adequada no código federal pra poder participar também e dizer que esse é o primeiro passo e que as coisas realmente aconteçam e que não fique só na conversa porque hoje nós estamos tratando do esporte terrestre tem também o saveiro também na super lotação na cidade, a preocupação. Imagine se um saveiro daquele ali tomba, imagina quantas vítimas também. Tentamos fazer aqui pela Câmara mais foi pra justiça e a justiça deu a liminar e acabou cassando. A prefeitura tenta fazer a sua parte, os fiscais também tem feito a sua parte notificando a Colitur. Essa semana nós conversando. Teve uma denúncia pra gente porque o mecânico dirigindo um ônibus da Colitur, sendo que o fiscal estava presente no dia, coisas que não podem acontecer. São pessoas que passam pra gente, é complicado. Eu espero que realmente as coisas aconteçam. Pra mim já deu o que tinha que dar. Presidente: antes de passar para a palavra às demais autoridades, quero aqui registrar a notificação extrajudicial da Colitur que entregou hoje em meu gabinete dia 02-10, às nove e dezenove, dizendo que não participaria, mais no momento o seu Tarcizo representando a empresa está aqui presente. (Foram lidos os ofícios justificando as ausências dos convidados). Por acaso se encontra nesse recinto o representante do DETRO, por favor o seu senhor possa fazer parte da mesa, Senhor Mauro Magalhães. Neste momento passarei a palavra para o **representante da Polícia Militar, Tenente Itaboraí:** boa tarde a todos, queria primeiramente agradecer a presença de todos e dizer que a polícia militar está à disposição dessa casa pra fiscalização e participação de qualquer operação que vá fazer nesses próximos dias aí e dizer que eu acho que tem que ser um processo bem grande de estudo que a empresa está muito tempo na cidade servindo vocês desde o início, então tem que pensar muito e cobrar da sociedade a cada dia e a gente está apoiando vocês aí. Presidente: passo a palavra nesse momento ao **Dr. Francisco Benito Lopes, Delegado de Polícia**: boa tarde a todos. Estou aqui em nome da Polícia Civil representando o chefe de polícia porque ele me encaminhou e gostaria da minha presença aqui o representando. De antemão essa iniciativa é plausível porque os serviços são prestados e muitas vezes não se tem uma noção exata de como são prestados. Então essa iniciativa aqui é excelente, pelo menos vocês vão ter um panorama do quadro total do que existe e sair pra pensar de como fazer melhor. Nós viemos de várias políticas que não se pensavam como se fazer as coisas. Nós temos vários elementos hoje que a gente está discutindo, inclusive, são direitos constitucionais que não são respeitados e não tem

APROVADO
Por 07 votos a favor,
— votos contra
e — abstenção(ões).
Paraty, 19 / 10 / 2015
Presidente

punição. Por incrível que pareça não existe punição, preveem o direito, mais não tem punição pra quem não respeita esse direito. Então está sendo questionado agora. Isso é um avanço quando começa a ter essas audiências. Acho que com certeza a melhora virá de uma maneira ou de outra a melhora virá. Boa tarde a todos. Presidente: passo a palavra nesse momento para o **representante do DETRO – Departamento de Transporte Rodoviário do Estado do Rio de Janeiro:** Boa tarde. Estou aqui representando ao DETRO dizendo que o DETRO está colocando à disposição da prefeitura de Paraty toda a equipe pra fiscalização, assim como seus recursos para auxiliá-la na fiscalização do seu transporte municipal e também tem feito fiscalização no transporte municipal regularmente não só na empresa Colitur, mais também da Costa Verde e nas outras que acompanham o seu sistema e estamos abertos a qualquer reivindicação da população e qualquer dúvida que a gente possa estar somando forças aí com a prefeitura pra poder estar tornando o transporte mais seguro e de melhor qualidade pra população de Paraty. Obrigado. Presidente: passo a palavra nesse momento a Secretária de Educação que tem a incumbência também no transporte dos alunos da rede municipal de ensino professora **Eliane Tomé:** boa tarde a todos. Desde já agradeço a parabenizo essa Câmara por esse momento. A gente sabe que não é fácil. Nós moradores aqui da cidade, nascidos, criados aqui, temos filhos, netos que vão e visitam passeiam em Trindade pra fazer seu surf, pra passear, todos nós vamos, então assim, é algo que nos deixa perplexos e é o sentimento a todas essas famílias. Quero dizer a vocês que em relação a secretaria de educação, quando nós pegamos os ônibus escolares em 2013, todos eles estavam sem documentação há mais de três anos, sem condições nenhuma de uso e a primeira atitude foi realmente mudar a frota. Trocamos onze ônibus, inclusive temos ônibus com acessibilidade pra alunos especiais. Na Praia Grande nós temos uma aluna cadeirante e então tivemos que mudar toda aquela adaptação. Então a gente tem essa precaução e esse cuidado e a gente sabe que o Colitur ela atende praticamente o Município inteiro, nossos alunos, professores. Então a gente sabe que esse cuidado todos nós temos e temos essa preocupação. O que eu quero pedir é a Deus que ajude, clareie a mente de todos nós e que possamos sair daqui com um resultado bom para a nossa cidade. Um resultado melhor pra nossa população. Que ela possa viajar, fazer esse traslado de forma melhor. Esse é o meu desejo. Presidente: passo a palavra nesse momento ao Secretário de Obras e Transportes **Ronaldo Carpinelli** para fazer suas breves palavras iniciais, lembrando que depois terá o tempo de quinze minutos tanto a empresa quanto a prefeitura pra fazer sua apresentação oficial: boa tarde a todos, vereadores presentes, boa tarde a população a todos que estão aqui pra participar da

APROVADO
Por 07 votos a favor,
votos contra
e abstenção(ões).
Paraty, 15 / 10 / 2015

audiência. Eu queria começar fazendo um breve histórico pra que todo mundo entendesse a real situação, porque às vezes a gente analisa o dia de hoje e esquece o passado. Pra vocês entenderem o trabalho que foi realizado nessa gestão. O senhor presidente interrompeu dizendo: Ronaldo a apresentação sua terá um tempo de quinze minutos e se fizesse considerações iniciais depois a sua apresentação será em um tempo maior. Ronaldo disse: então vou fazer a apresentação depois senão vou falar duas vezes e acho que não tem necessidade. Vereador Celso Luiz Vieira Coelho disse: com a palavra o **Presidente Vereador Vidal:** senhoras e senhores neste momento farei aqui a apresentação dos documentos e atos oficiais pela Câmara Municipal que nós temos feito desde 2009, principalmente quando cheguei nessa casa em relação ao transporte alertando, cobrando, pedindo, encaminhando as autoridades judiciais, policiais, setores de fiscalização e a própria empresa Colitur. Leu o requerimento 057/10, encaminhado ao Prefeito Municipal Secretário de Educação. Indicação 463/10 ao prefeito Municipal. Indicação 544/10 para Secretaria Municipal de Obras e Empresa Colitur. Requerimento 075/11 ao prefeito Municipal de Paraty e empresa Colitur ao DETRO. Requerimento 47/12 ao prefeito Municipal e Secretaria de Educação, Empresa Colitur, ao SINDPAS. Requerimento 093/12 ao prefeito Municipal, Secretaria Municipal de Educação, Colitur, SINDPAS. Requerimento 095/12 ao prefeito Municipal, gerente da Colitur, Presidente do DETRO. Requerimento 210/12 a Promotoria de Paraty, Secretaria de Educação, ao SINDPAS, Colitur. Requerimento 025/13 ao prefeito municipal, secretaria de transportes, secretaria de meio ambiente, taxistas, motoristas, proprietários de vans. Requerimento 050/13 a Colitur, prefeitura, transporte rodoviário, comandante da polícia, chefe de polícia civil. Indicação 795/04. Requerimento 038/15. Requerimento 089/15. Requerimento 090/15. E demais documentações. O que eu tenho a dizer é que não foi por falta, muito fácil falar: morte anunciada. Mais quando se mexer, quando vai se resolver, é um problema sério. Essa casa aqui já convocou taxista, vans, moto taxista, empresas de ônibus e transportes, tudo não, tudo não pode. É difícil e quando se faz, se toma uma atitude, algumas ações judiciárias impede que nós possamos caminhar. Vou citar um exemplo clássico para os senhores o barqueiro. Antigamente nós tínhamos barcos de oitenta passageiros, hoje está com duzentos e cinqüenta, trezentos e cinqüenta, com som a bordo e muito mais. Fizemos a lei com os barqueiros. Os barqueiros encaminharam, essa lei foi aprovada e quatro barqueiros entraram na justiça e derrubaram essa lei pela justiça entendem que dois artigos não poderiam estar na lei. Passou o tempo, voltou novamente esse novo prefeito. Foi feito outra lei e aí agora mais um cidadão que não estava no porto de Paraty entrou com uma liminar e ganhou

APROVADO
Por 07 votos a favor,
votos contra
e abstenção(ões).
Paraty, 15 / 10 / 2015
Presidente

com uma liminar para trabalhar com uma embarcação. Todas as iniciativas são feitas. Em relação à Colitur, lamento profundamente. Eu tenho que me posicionar, porque além de questões pessoais. Eu nunca levei a questão pessoal, mais digo aqui pra vocês é crítica sim a questão da empresa Colitur que está aqui há cinqüenta anos, respeito muito seu Tarcizo a sua pessoa, sua bondade, seu caráter, que o senhor sempre trata todo mundo que vai lhe procurar, porque até mesmo nós temos que ter uma interlocução porque enquanto autoridade nós estamos aqui e o senhor está como prestador de serviço. Mais só sua bondade, só a sua gentileza, só o seu caráter não está resolvendo o problema desse poder público e principalmente da população senhor Tarcizo. O senhor me desculpa, lamento muito colocar o senhor numa situação dessa mais os representantes mesmo é sempre assim, nunca comparecem e aí vai, começa ameaça, entra com ação judiciária. Tenho em minhas mãos comprovadamente várias ações judiciais é só vocês colocarem no site da justiça Colitur Transportes Rodoviários vocês vão ver inúmeras ações contra essa empresa e sempre usando subterfúgio da lei, recursos, não paga ninguém e sempre recorrendo. Vou dar um exemplo clássico. Não é um fato isolado a Trindade porque são vários acidentes da empresa Colitur e é constante. Vou falar aqui um caso clássico. Meu primo Fernando que faleceu no Corumbê. O ônibus da Colitur saiu da curva, perdeu a direção, o menino de costas telefonando, tirou, ceifou a vida daquele jovem de vinte e seis anos, em 2005, de lá pra senhoras e senhores ação judicial, família, não se recebeu nada até agora. Sempre usando recurso porque se ouve o dano porque não chama a família pra poder resolver esse problema. Meu tio se acabou. Conhecido como Lico. Depois que perdeu seu filho se acabou de desgosto. Morreu de desgosto, foi se acabando aos poucos. Não viu qualquer um recurso financeiro, daqui a pouco vai a mãe, vai os irmãos, os filhos e assim que acontece com todos. Estou vendo agora. É muito fácil querer culpar o Município, aí está a prova. Seu Tarcizo no dia 25-06-13 depois de inúmeras documentações. O Senhor estava aqui presente. As empresas todas estavam aqui presentes, os vereadores, está aqui o documento oficial, nós alertamos problemas com os alunos, teve um jovem da comunidade, um aluno, um menor. O motorista pegou esse jovem e deixou ali no Caboclo, um jovem adolescente. Peguei o meu assessor que mora na comunidade, corri, falei com seu Tarcizo, fomos na Delegacia e registramos a ocorrência com aquela família que é um absurdo que esse incapaz desse motorista fez com aquela criança naquele momento. Tudo isso que estou falando com vocês, não existe historinha não. Está tudo fundamentado e documentado. Fui procurado por uma mãe com cinco seis crianças do Condado que a Colitur o Sindpas perderam sua carteirinha, estaria cobrando vinte e cinco reais para segunda

APROVADO
Por 07 votos a favor,
- votos contra
e abstenção(ões).
Paraty, 19 / 10 / 2015
Presidente

via. Eu falei, mais que carteira cara é essa, cobrei, fizemos reunião, é uma enrolação danada, depois eu vou falar pra vocês os valores que a empresa Colitur arrecada nesse Município. Se fosse tão ruim assim, cinqüenta anos sem ganhar dinheiro eu já teria falido se isso não desse lucro. Então eu vou mostrar pra vocês aqui o levantamento e o lucro que tem sim. Justificar a negativa de um contrato pra jogar a responsabilidade em cima do poder público do Município é muito fácil punir o Município, porque vai sair do cofre público. Agora a responsabilidade de fazer, nós não somos e nem devemos nem o fiscal, não devemos ser babá de prestador de serviço nenhum. Todo mundo tem a sua obrigação. Se o médico foi contratado ele tem que estar lá pra salvar vida. Nós não temos que ficar lá como babá. Se professora Eliane se comprometeu em ser professora, ela tem dar aula. Nós não temos que ficar como babá. Se a empresa tiver prestando serviços, nós não temos fica implorando e pedindo pelo amor de Deus pra que preste serviço no qual está dentro do contrato. Secretário Ronaldo, vocês tem um instrumento, nós vamos provar aqui dentro da lei 8.987/15, que dá todo o amparo legal de caducidade desse processo. Quero dizer que a Câmara não está cassando o direito da empresa. O órgão concedente é o Município de Paraty. Nós iremos aqui apresentar os elementos, porque nós não somos nenhum viajante também, não estamos aqui pra fazer qualquer tipo de merchandising ou politicagem. Nós temos que ter cautela, temos que coerência. Amanhã vai rançar a Colitur e diz a lei também: se a empresa não prestar o serviço, a responsabilidade é do poder público municipal. Ele contrata, ele chama quem ele quiser. Tem os prazos. A empresa tem os prazos pra acontecer, pra sair e o Município tem um prazo pra poder reverter essa situação e concorrência tem que existir. As falhas são inúmeras e nós vamos que mostrar no decorrer do processo a quantidade de falhas que diz que está bem claro. Se vocês pegarem a lei 8.987/95 no artigo 38, vocês vão ver o quê que é um processo de caducidade. Porque que está pedindo essa caducidade. Está caducado porque as inúmeras falhas, ônubus super lotado, acidente um atrás do outro, uma sucessiva de acidente. Tanto é a prova de ações judiciais que está tramitando nas esferas judiciais. Agora eu não entendo. Existiu um TAC no ano passado no Município dentro de uma ação civil pública. A empresa se omite a assinar o TAC, não recebe punição, não é multada. Eu fui chamado no processo tramitando aqui na Câmara e lá recebi pra assinar o TAC e fui obrigado assinar uma multa de cem mil reais se eu não cumprisse. A empresa não cumpriu. Já existe uma ação civil pública tramitando desde 2006 aqui na vara do Município de Paraty. Então realmente é complicado. O contrato foi feito em 2003, cinco anos com direito a cinco vezes ser renovado. Vocês sabem que vocês pagam um real de passagem mais o resto do valor que dá três e

APROVADO
Por 07 votos a favor,
votos contra
abstenção(ões).
Paraty, 19/10/2015
Presidente

quarenta é o Município que paga. Vocês sabem a quantidade de pessoas que são transportadas? O valor que a prefeitura paga por aluno? Então o lucro existe sim. Essa justificativa de atraso de pagamento pra poder fazer a sua manutenção dos ônibus, vocês me perdoem. Eu sei que muitos funcionários procuram pessoas e tem medo de perder o seu emprego e a precariedade que é os ônibus. Prova disso estão aqui as notificações inúmeras, as justificativas que o Município tem já passa de 204 intervenções. Os funcionários eu sei que estão apreensivos. Eu acho que cabe numa proposta futura avaliar e ver a condição desses funcionários também para que a próxima empresa, se acontecer, possa absorver esses funcionários também. Agora não podemos ser crucificados por conta que temos que tomar atitude e aí não podemos agir por conta simplesmente só dos funcionários. Vocês me perdoem, as ações tem que ser tomadas. E não é unilateral. Essa reunião está sendo feita aqui como uma consulta pública. Nós estamos medindo aqui o sentimento, a vontade de todos. Como a empresa tem o direito dela de resposta. Como tem os funcionários, a população. Agora não quero passar por omissão. Essa casa não tem competência de chegar e de prender. Essa casa não tem competência de ir lá e de multar. Essa casa não tem competência de ir lá e lacrar qualquer tipo de veículo. Essa casa não tem a competência de julgar. Essa casa tem a competência de fazer o que nós estamos fazendo aqui. Se a lei está errada, está falha. Essa casa tem a competência de resolver. Como por exemplo a lei orgânica do Município, são sete ônibus cada veículo. Nós demos prazo pro seu Tarcizo, garagem que não comportava os ônibus. Ele pediu um prazo, nós demos o prazo. O emplacamento pela lei o IPVA é pago para o Município que está emplacando. Então se está emplacando em Barra Mansa, o recurso que é cinqüenta por cento do IPVA vai pra Barra Mansa, não vem para o Município e isso é obrigado a fazer aqui, não tinha. Começamos a fazer essa cobrança, demos o prazo também pra fazer isso. Tempo pra trocar a frota desses ônibus. Todo mundo reclama. Tudo isso está aqui, tudo isso está documentado, registrado, está no site da Câmara. Então não foi falta de aviso. Me desculpe aos funcionário, nós avisamos, nós alertamos, problemas com alunos, com carteirinha, enfim, vários problemas no Município, O Município também peca na sua totalidade, mais eu também vejo que o Município é o único que apresentou pra essa casa Legislativa todas as ações necessárias que tem que ser feito. Espero que seja resolvido porque me limitei a pedir qualquer tipo de favor a empresa por conta dessas situações. Não só do meu primo que eu venho acompanhando e peço a prefeitura que tome as devidas providências que tem que ser tomada. Agora vou dizer de coração a todos, ao seu Tarcizo pela sua bondade, pelo seu caráter. A empresa tem que resolver. Não confio nessa empresa, mais respeito. Não podemos aceitar essa situação,

APROVADO
Por 07 votos a favor,
votos contra
e abstenção(ões).
Paraty, 19 / 08 / 2015
Presidente

eu não confio mais. Eu não sento mais em mesa de negociação porque não compete mais ao legislativo, Vou fazer o que está escrito na constituição, vou cobrar até sabe lá Deus quando a justiça tomar uma providência, mais eu me preservo de não sentar por não confiar, porque a confiança já se foi. Nós conversamos mais a todo momento da conversa se fala só em tarifas, mais a empresa estava sofrendo prejuízo. Aí eu faço o levantamento aqui e não é essa realidade. Então eu espero que seja resolvido essa parte. Espero mais uma vez a cooperação de todos. Não é um processo fácil e se a empresa continuar que peço pelo amor de Deus seu Tarcizo que fale para os seus superiores. Respeite o povo, a população. Porque mexer com vidas é uma coisa muito séria. As famílias, as pessoas sofrem. É um bem que não volta mais. Muito obrigado.
Nesse momento eu passo a palavra ao senhor **Tarcizo**, que terá um tempo de quinze minutos pra fazer a sua justificativa: boa tarde a todos. Eu queria começar falando sobre a concessão. Existe a concessão, ela foi feita por renovação de cinco em cinco anos. Em 2014 ela venceria em julho. Quando chegou em janeiro, nós fizemos o pedido de renovação. Até então não se contestou se a empresa devia ou não devia receber essa concessão e até hoje nós estamos nesse impasse, Ministério Público. Está dando muito problema pra gente e pra prefeitura. Nós pedimos uma solução. As notificações que nos foi dada pela prefeitura, são notificações que eu acredito que não seja cassar uma concessão, porque foram luzes, trazer uma solução de ré queimada, coisas do dia a dia que foram sanadas, não tivemos problemas como vocês podem atestar. Peças acontece falhas, isso acontece. Em relação a documentos de carros, foi enviado para a secretaria de transportes toda a documentação, carro 2015. Nossos carros estão todos em dia. Não tem nada atrasado. Existem uns carros emplacados ainda com Barra Mansa que nós temos problemas de alienação. O Banco não nos permite fazer uma transferência, mais nós temos vinte e dois carros emplacados em Paraty. Quanto ao Picó, a velocidade do carro, nós controlamos isso com tacógrafo. Quando o excesso de velocidade o motorista ele é chamado pra conversar. O plano de mobilidade, a Colitur já se propôs a ajudar fazer mais infelizmente, se dependesse da Colitur nós já teríamos. Mais infelizmente ele é do poder público, não é nosso. Eu queria falar sobre, infelizmente do acidente, não posso deixar passar. Esse era um carro que ele foi vistoriado como o rapaz do DETRO pode me afirmar pela ANTT, é um certificado da Soltran que todo carro passa. Ele foi vistoriado no dia 21-08, então era um carro apto a transitar em nossas estradas. Infelizmente foi uma fatalidade que nos tocou muito a todos. E quanto ao mecânico dirigindo. Nós temos sim mecânicos que dirige, mais ele é habilitado, ele tem condição de pegar o carro e transportar passageiros porque ele passa pelo processo do motorista. Existe sim, ele é

APROVADO
Por 07 votos a favor,
— votos contra
e — abstenção(ões).
Paraty, 19/10/2015
Presidente

habilitado, não é um qualquer que chega ali e pega no volante porque sabe dirigir. E quanto a carteirinha Vidal, os estudantes têm um problema se você não faz a cobrança, se você é bem rígido. Hoje li na porta do seu gabinete. Tem uma placa lá e eu achei interessante. Aqui não tem jeitinho, justamente se o garoto ele não apertar, ele vai com jeitinho e infelizmente a gente tem que tomar uma atitude. Não é do nosso agrado porque o motorista traz, avisa, eu falo avisa mais uma vez mais é sempre aquele jeitinho, esse que é o problema da carteirinha que as vezes dá esse transtorno. Por enquanto é isso. Presidente: senhor Tarcizo, nós temos aqui um ofício da ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres que ela responde a essa Casa Legislativa, foi uma das poucas que respondeu até hoje, informando que alinha de Paraty a Angra dos Reis, ela não está autorizada pelo sistema e aí não sei se o DETRO pode se manifestar porque a resposta que tem gostaríamos até de saber, que não está cadastrado, não está autorizado e segundo informação da ANTT, após as denúncias desta Casa Legislativa, foram feitas duzentas intervenções na frota da Colitur e oito autos de infrações que foram feitos pela ANTT. Gostaria de um esclarecimento do DETRO, saber como é essa autorização, porque é um documento oficial e vou mostrar e ler para os senhores. Eu falei em relação a questão do passe porque já um contrato que está embutido dentro desse contrato de pagamentos do alunos. Então essa excedente a gente sabe que existem vândalos, pessoas que cortam. Eu não acredito que uma pessoa possa no momento de um passageiro quebrar um motor, uma barra de direção, promover um pneu careca, eu não acredito. Com a palavra o **Ronaldo Carpinelli,** Secretário de obras do Município de Paraty: boa tarde a todos novamente. Eu queria fazer um breve histórico do processo todo da Colitur, pra gente poder entender desde o começo. Essa licitação foi realizada em 2004 na gestão do Zé Cláudio e a gente verifica que desde o começo existem falhas grandes no processo, seu Tarcizo acabou de falar aqui, é muita informação então as vezes a gente até pode ir e voltar no processo de discussão. Seu Tarcizo acabou de falar aqui que o plano de mobilidade depende do Poder Público e o senhor tem razão e que se dependesse de vocês isso já estaria feito, inclusive vocês ofereceram pra gente e a gente recusou por entender que o processo de 2004 possivelmente tenha sido realizado dessa forma. É um processo totalmente leonino, com poucas possibilidades de gerir o contrato em que essas multas e notificações geriram multas, não dão muita possibilidade da prefeitura encerrar o contrato e acaba dificultando o nosso trabalho. Então, por esse motivo a gente quer fazer um processo independente. Contratando uma universidade pra que realmente se faça um processo justo em que a gente possa ter veículos que realmente tenha condição de atende a comunidade como ela merece porque eu trouxe aqui

APROVADO
Por 07 votos a favor,
votos contra
e abstenção(ões).
Paraty, 15 / 12 / 2015
Presidente

algumas cópias, quem quiser depois ver, pode verificar. Nós temos uma lei orgânica que possibilita a utilização do ônibus por até sete anos de idade. Em 2004, nada data da licitação nós tínhamos passado de sete anos, metade da frota da Colitur. A Colitur já venceu a licitação com metade da frota acima de sete anos. Na realidade acho que ela não poderia nem iniciar o contrato dessa forma. Acho que o mínimo que ela poderia ter feito naquela época era cobrar ônibus que estivesse dentro da legislação. Na renovação em 2009 aconteceu a mesma coisa, se renovou com ônibus acima da idade permitida. Hoje nos criticam com possibilidade de ter processo de improbidade porque a gente não renovou o contra. Não renovamos e se tivesse que fazer de novo não renovaríamos porque durante esse período de gestão de 2013 até hoje nós aplicamos duzentos e quatro multas em trezentos e cinqüenta e cinco vistorias realizadas aproximadamente e essas multas são simples sim, multas de pneu careca, multa de tudo isso que seu Tarcizo falou porque na verdade a gente entende que não seria uma obrigação da gente de estar todo dia requisitando a Colitur que troque o pneu de um ônibus porque isso é obrigação de qualquer uma pessoas que tem um veículo que quando ela vê que tem um pneu careca e corre risco, ela tem que trocar e pior ainda numa empresa que faz serviço público. Deveria existir dentro da Colitur uma espécie de fiscalização rotineira em que a prefeitura não precisasse estar fazendo isso diariamente, a gente notifica e vocês vão lá e trocam, mais o correto seria vocês trocarem quando ocorrer o problema. Queimou a lâmpada vai lá e troca e não espera a prefeitura notificar. Eu entendo que existe a dificuldade do dia a dia, eu sei que nada é perfeito e a gente entende isso perfeitamente, mais a recorrência vem sendo muito grande. Falaram de uma audiência pública aqui em 2013. Essa audiência aconteceu por que nós assumimos a gestão não existia até então nenhuma fiscalização em cima da Colitur, o departamento de transporte praticamente não existia, não tinha estrutura nenhuma. A gente montou uma estrutura e começou a fiscalizar a Colitur. Por esse motivo aconteceu a audiência porque o número de infrações era tão grande, todos os ônibus numa maioria com pneu careca, banco solto vidro quebrado, tudo isso acontecendo e a única ação que a gente poderia tomar era notificar, intimar, reiterar, isso é o que diz o nosso contrato. Quem quiser ler, ele está lá na prefeitura, ele é publico. Então, encaminhamos depois de algumas reiterações, porque o contrato fala que temos que notificar, dar um prazo, de trinta dias, reiterar e se a pessoa não cumprir aí depois a gente pode encaminhar um processo de multa administrativa pra procuradoria. Isso foi feito em uma situação, foi a única que a Colitur não cumpriu nem na reiteração e nem depois de seis meses que foi a questão da idade dos ônibus e do emplacamento. Os ônibus teriam que ser emplacados em Paraty pro recurso vim pra Paraty, isso não

APROVADO
Por 07 votos a favor,
votos contra
e abstenção(ões).
Paraty, 15/12/2015
Presidente

aconteceu nem reiteração e nós encaminhamos um processo de multa de cinto e quarenta e cinco mil reais que está em fase de processo administrativo no jurídico. Então assim, a gente entende a dificuldade financeira até certo ponto. A prefeitura vem ao longo desses dois anos e oito meses custeando com a passagem de um real que foi criada na gestão anterior, cerca de aproximadamente trezentos e quatrocentos mil reais ao mês. Em alguns momentos existe até a dificuldade de pagar isso. Agora, isso não é nenhum motivo pra que a gente deixe as coisas chegar a esse ponto. Eu acho que se esse problema todo existe hoje ele é decorrente única e exclusivamente da falta de investimento da empresa. Porque a empresa quer trabalhar, quer ter o lucro dela mais não faz a contrapartida que é renovar a frota, que é uma obrigação dentro do contrato. Se ela cumprisse com o contra na plenitude, não estaríamos dessa forma hoje. Hoje n[os temos trinta e três veículos trabalhando em Paraty com a obrigatoriedade de ter ônibus extras. A Colitur acaba se utilizando da linha intermunicipal às vezes pra colocar ônibus que não está sendo utilizado lá como ônibus extra, que foi o caso que aconteceu em Trindade e o que gente vê é que toda frota existente no Município não é de hoje, todo morador de Paraty sabe, a frota é defasada, não é renovada, quando vem ônibus pra vem ônibus usado, não tem ônibus novos. Então fica difícil de trabalhar. A unida forma da prefeitura botar o contrato pra rodar da melhor maneira possível é fazer um novo processo com novas exigências que vai ser feito, aí eu vou ter que assumir a parcela de culpa da prefeitura. O nosso erro foi que nesses oito meses após o vencimento do contrato nós não conseguimos fazer a licitação do plano de mobilidade porque infelizmente você entra como processo de licitação aí uma empresa vai lá e entra com o recurso o outro vai pra justiça e a gente fica nessa pendência. Não por vontade própria, mais a gente tem uma lei pra seguir. Mais esse processo já está em fase final , eu acredito que em trinta a noventa dias a gente já deve ter a contratação e o plano que não é um plano de mobilidade e a prefeitura já fez com parceria da TCURBS aí a gente fala em ciclovias e diversos outros acontecimentos. Agora o plano que se fala pra licitação da Colitur é um plano que a gente tem que criar uma fórmula determinar o valor da passagem, os horários e a quantidade de ônibus que a gente vai ter com as rotas definidas. Hoje se a prefeitura quiser falar pra Colitur. Vocês tem que colocar dez ônibus pra atender a Trindade, a gente não tem a possibilidade de fazer porque o contrato não nos permite isso. A Colitur hoje ela vai fazer se ela quiser. Pra gente ter isso em mãos temos que fazer um processo novo. Eu queria aqui deixa uma garantia para os funcionários da Colitur, eu acho importante a preocupação de vocês com o emprego, até porque hoje a situação não é muito fácil. O pais vive um momento de crise. O que a

APROVADO
Por 07 votos a favor,
— votos contra
e — abstenção(ões).
Paraty, 19 / 10 / 2015

prefeitura pode fazer é cobrar no processo licitatório novo é cobrar que ela contrate as pessoas que já estão aqui trabalhando no Município. De repente se for legal incluir isso dentro do processo de licitação. Agora assim como nós vocês que trabalham na Colitur, moram e trabalham em Paraty, que utiliza o sérvio e a gente não pode deixar de ter um serviço bem prestado porque vai prejudicar todos nós, inclusive vocês. Nós temos dentro da secretaria de transportes várias reclamações que são muitas de moradores de Paraty, mais temos reclamações de funcionários da Colitur que vão nos procurar com receio de algumas questões de segurança dentro do veículo que ele opera e vem procurar a secretaria pra falar o problema que está acontecendo e a gente poder ir lá fiscalizar o ônibus. Isso acontece, vocês que trabalham lá sabem disso, vai acontecer problema de um freio, de um pneu, vai acontecer, nós vamos notificar, eles vão corrigir. Agora a constância na manutenção do veículo não existe, ela existe depois do problema. Anunciou que ta careca, vai lá e troca. O preventivo acho que ele não acontece com freqüência. Bom, por último queria falar aqui o seguinte: se fala muito nos custos. Eu não to aqui pra julgar se a Colitur ganha muito ou se ganha pouco. Não to aqui pra falar disso, mais todas as vezes que nós sentamos com o representante da Colitur. Não vou citar o nome do senhor seu Tarcizo porque eu acho que o senhor está na mesma situação que nós estamos aqui. Mas eu falo com o dono da Colitur Senhor Paulo Afonso, todas às vezes, o único questionamento dele é que a Colitur ela não ganha dinheiro em Paraty, ela tem prejuízo. Eu sou empresário e eu acho que uma empresa que fica no Município quarenta anos tendo prejuízo ela tem que parar o mais rápido possível porque nenhuma empresa toma prejuízo quarenta anos e quer continuar trabalhando. Nós temos aqui um levantamento que nós fizemos pela secretaria de transportes em todos os ônibus da Colitur e a gente verificou que a Colitur transporta uma média de trezentas passagens mês. Esse levantamento foi feito durante um ano de fiscalização. Quando nós iniciamos nos primeiros meses a gente tinha várias roletas quebradas então na dava pra fazer um levantamento total, mais depois de alguns meses elas começaram a funcionar normalmente e a gente apurou uma média de trezentas mil passagens mês. Se a gente levar em consideração que a gente tem uma passagem a três e quarenta a gente ta falando aí em um milhão e duzentos mil reais mês. Eu acho que se a Colitur não tiver lucros ou é um problema de gestão ou realmente ela tem que liberar e dá a vaga pra outro. Alguns vereadores fizeram cometários aqui atrás e eu tenho que concordar com ele, porque eu não sou nenhum defensor da Colitur. Eu tô aqui pra falar a realidade do serviço, mais a gente também não pode. Eu como secretário da parte que fiscaliza o serviço, em alguns momentos a gente tem que compreender quando vc fala na questão de um cartão que tem problema

APROVADO
Por 07 votos a favor,
votos contra
e — abstenção(ões).
Paraty, 19 / 10 / 2015
Presidente

ou de uma coisa mais simples. Acontece hoje na Colitur e vai acontecer com o outro prestador, porque isso são coisas do dia a dia. O que não pode acontecer são os problemas que geram insegurança no serviço que é prestado ou um desconforto pro cidadão que utiliza esse serviço. Então a gente não conseguiu botar o serviço pra rodar como ele deveria. Paraty foi o último lugar que trocou os bancos de fibra. A falta de investimento por parte da empresa nos veículos que ela tem é muito latente. Não tenho nada contra o senhor seu Narcizo, nem contra ninguém da Colitur, respeito o trabalho de todos, acho que o senhor atende na medida do possível que infelizmente só o atendimento não basta. Se vocês participarem e vencerem o próximo processo que faça a coisa correta, porque o que nós vamos montar, ele vi exigir ônibus novos, ele vai exigir uma série de coisas que hoje não são exigidas e ela não vai deixar com que a colitur não seja simplesmente uma concessionária, mais sim a dona do serviço na cidade. Falhas a secretaria tem, não existe poder público hoje que seja isento de falhas. Nós também temos as nossas. Agora eu acho que a gente faz o máximo possível pra tentar melhorar o transporte no Município. Hoje nós temos dois fiscais pra atuar em todas as modalidades de transporte no Município. Presidente: a professora **Eliane Tomé**, pediu um tempo para a resposta das carteirinhas que a secretaria responsável pelas carteirinhas no nosso Município: gente eu quero aproveitar a oportunidade, porque foi comentado aqui duas vezes a respeito da carteirinha, então eu acho inadmissível que um aluno seja proibido de entra no ônibus e fazendo com isso com que ele falta a unidade porque da carteirinha. Hoje nós estamos distribuindo todos os uniformes para os alunos, desde a mochila, tênis, blusa, então que quero pedir a essa Casa Legislativa que faça uma lei com que os nossos alunos uniformizados tenham trânsito livre dentro dos ônibus. Esse é o meu pedido e é um direito. A LDB dá direito para que esse aluno transite livremente pra ir e voltar a sua sala de aula. Então é isso que estou pedindo a vocês porque ele está uniformizado, ele vai pra escola. Eu não acredito que o aluno coloque o uniforme e vai pra outro lugar a não ser a escola. Vocês têm que fiscalizar. Cabe a vocês buscar a família, buscar os órgãos responsáveis. Presidente: registro a presença de Dilson Santos gerente da Caixa Econômica de Paraty. Terminado aqui a fala dos representantes serão franqueadas a palavra. Primeiro as instituições, organizações e entidades civis. O primeiro sorteado é o Sr. **Ciro Rameck**, da Associação de Engenheiros e Arquitetos de Paraty para a procuradoria: onde está a cópia do contrato do plano de mobilidade urbana que o prefeito declarou estar em processo de elaboração? A segunda pergunta: a Câmara de Vereadores. Porque a Câmara n]ao cobrou o Executivo pela elaboração do plano de mobilidade urbana já que a lei federal 12.587/12 obriga cidades com mais de vinte mil elaborar tal plano até

APROVADO
Por 07 votos a favor,
votos contra
e abstenção(ões).
Paraty, 19 / 10 / 2015
Presidente

abril de 2015 e a terceira pergunta também à Câmara: como o executivo vai deferir uma série de parâmetros, linhas, horários e tarifas sem o plano de mobilidade urbana no achismo ou na experiência do engenheiro de trânsito do prefeito. Com a palavra **Ciro:** gostaria de esclarecer o plano de mobilidade urbana que foi declarado aqui que o plano de mobilidade urbana não define o sistema de transporte municipal. Seria um outro plano e que esse plano de mobilidade urbana que define ciclovia como foi falado pelo secretário de obras foi elaborado pela TCURBS. Citou a lei 2.587 de janeiro de 2012 que instituiu a política de mobilidade urbana e nessa lei federal, no artigo 24. Esse plano daria toda a parametrização pra horários, tarifas, estudos de demanda e essa lei nacional dá como prazo até abril de 2015 para os município receberem a mobilidade urbana e outra coisa é em relação ao conselho de transporte, junto com o foram de transporte está fazendo a sugestão pra que se altere a constituição do conselho de transporte onde a população e a sociedade civil está em minoria na composição do conselho. A proposta vai chegar a Câmara. É só isso. Presidente: foram três perguntas aqui. Vou passar a palavra ao representante da prefeitura sobre o plano de mobilidade, as demais são a Câmara de Vereadores, que o Ciro faz seus questionamentos**. Por favor Ronaldo:** Ciro quando você colocou aí ou me fiz entender errado ou você entendeu errado. Eu não falei que o plano de mobilidade trata somente das ciclovias. Eu falei que ele é muito mais complexo, ele gera toda a política como você colocou aí de todos os transportes públicos municipais e pra gente executar uma licitação, a gente não precisa ter um plano de mobilidade completo, a gente precisa ter uma modelagem eficiente pra licitação de transporte público de ônibus. Então são processos diferentes. Se fizer um plano de mobilidade completo com certeza vai atender só que nós temos alguns orçamentos de plano de mobilidade porque a gente não vai fazer com qualquer empresa. Nós consultamos FIP, COP, UERJ, FESP, isso gira em torno de seiscentos e cinqüenta mil em que tudo está difícil, a gente optou por não gastar seiscentos e cinqüenta mil pra fazer um plano de mobilidade, nós optamos por fazer uma modelagem para o transporte público do ônibus, porque isso hoje é uma urgência, agora temos que trabalha com relação ao resto. A TCURBS fez uma proposta pra prefeitura com relação a questão de mobilidade dentro do centro histórico, mobilidade em ciclovias e outras coisas mais. A prefeitura tem atuado nessa área. A gente está executando hoje uma ciclovia de três kilômetros em parceria com o governo do Estado no Corisco. A gente tem a intenção de pintar faixas de ciclovias na cidade inteira então, em relação a esse trabalhado que você está colocando a gente hoje entre gastar seiscentos e cinqüenta mil num processo de mobilidade e gastar quarenta cinqüenta mil pra executar um trabalho de boa modelagem pra que a

APROVADO
Por 07 votos a favor,
5 votos contra
e 1 abstenção(ões).
Paraty 19/10/2015
Presidente

gente possa ter um excelente serviço no transporte coletivo de ônibus. A nossa opção foi essa. Eu acho que isso é uma opção de gestão. As pessoas elegem um prefeito e ele tem o direito de optar em gastar e não gastar porque quem é cobrado é ele. Não só pelo processo da mobilidade, mas pela saúde, pela educação e por diversas outras áreas então ele tem uma noção maior hoje do que muitas pessoas pra saber onde que ele tem que colocar os recursos. Não estou desmerecendo esse processo. O plano de mobilidade é importante sim. Todo plano geral ele é importante para as diretrizes da cidade pro futuro. Como nós fizemos vários outros planos, nós montamos na nossa gestão vários conselhos municipais, o conselho de transporte é um que tem que ser revigorado, ele parou em 2006. Presidente: Eu aço que a resposta de cobrança em relação a plano. Hoje o que nós estamos mais pecando aqui é o problema do transporte coletivo. Se eu tiver que tratar de prioridade eu vou dar prioridade ao sistema coletivo porque ele trata de transporte em massa de pessoas, como foi explicado aqui, essa Casa aqui não tem parado. Essa Casa não faz plano, quem faz plano é a sociedade, é o conselho, é você. Vocês estão discutindo esse plano no conselho e eu também gostaria de saber o que foi feito e porque que ainda não chegou nessa casa. Porque essa casa tem o direito de saber e a competência de votar os planos. A Câmara não cria o plano, quem cria é o Executivo juntamente com a sociedade. Outro questionamento é como o Executivo vai definir uma série de parâmetros. Funcionou durante cinqüenta anos. Agora tem que cobrar a partir desse momento, está sendo feito todo esse manejo como tem que ser feito. A prioridade tem que ser dada na questão do transporte em massa do sistema coletivo. Precisa sim a proposta como vai estar aqui de reativação desse conselho de transporte. Eu acho que tem que ser feito no conselho de transporte que não existe e nem vi esse conselho funcionar e a proposta também que reative esse conselho pra que junto a sociedade do poder público possa cobrar. Gostaria agora de passar a apresentação para o **Dr. Rodrigo** sobre o projeto de Decreto Legislativo. Boa tarde a todos aqui presente. Obrigado por vocês terem vindo. Vou fazer um breve resumo. O poder concedente como já foi dito aqui é o poder público e ele tem um contrato com a Colitur desse serviço e a lei 8.987/95 que trata da concessão e permissão da prestação de serviços públicos ela vem aqui enumerando entre seus artigos em síntese que todo esse serviço público tem que ser prestado com cem por cento de suficiência ao administrado. A partir de 2013 a secretaria de obras realizou muitas notificações, tanto de pneu careca, descumprimento de horário, troca dos ônibus. Quando chegou esse documento na minha mão, eu li todos eles e junto com documento que foi realizado aqui na Câmara pra cobrar as providências em 2013, além da ação civil público que o Ministério Público

APROVADO
Por 04 votos a favor,
— votos contra
e — abstenção(ões).
Paraty, 19/10/2015
Presidente

ajuizou desde 2005, que inclusive fui da uma olhada hoje no foram, está pro juiz da a sentença no máximo de 30 dias. O Poder Legislativo viu subsídios muito concretos pra declarar a caducidade do contrato de prestação de serviços públicos (leu o artigo 38) então, entre os artigos dos contratos de concessão que já foram infringidos reiteradamente a lei de licitações, a principal está aqui nesse artigo 38, então a caducidade da concessão poderá ser declarada pelo poder concedente quando o serviço estiver prestado de forma inadequada, ineficiente, tendo por base as normas, então eu acho que é notório que ela já infringiu esse artigo 1. O artigo 2 também já foi descumprido. Incisos 5 e 6 já estão infringidos há tempos. Já foram várias notificações e a concessionário não cumpriu. Fizemos um documento pedindo essas providências e não foi cumprido. Juridicamente já tem embasamento legal e com muitas provas para que a empresa seja substituída por outra empresa. O que eu posso dizer pra vocês aqui é que a Câmara está fazendo é que já tem provas documentais suficientes pra declarar esse contrato de concessão caducou, ou seja, a empresa já infringiu reiteradamente a lei de concessões. Presidente: vou pedir agora a apresentação da regulamentação por falhas de pessoas que não tem como punir. Foi feito um apanhado de outros municípios, de outros estados para regulamentar, atualizar e melhor a eficiência e a eficácia da fiscalização a nível municipal, respeitando as legislações federal e estadual. Essa lei está sendo discutida aqui na Câmara. Gostaríamos da participação da sociedade para que possamos em um breve tempo estar votando nessa Casa Legislativa, tanto o Decreto quando essa lei. Por favor **Thereza:** senhores boa tarde. Boa tarde senhor Tarcizo. A gente tem que, apesar de todos os contratempos enfim, eu acho que a Colitur até transcende um pouco essa questão, porque a colitur está desde setenta e quatro aqui em Paraty. Nós temos uma Constituição federal de oitenta e oito que ela começa a falar na regulamentação dos serviços públicos. Nós temos os poderes concedentes que são no caso a prefeitura aqui do Município e pela nossa lei maior e aí eu já mostra aqui o artigo 175 que incumbe o poder público na forma da lei diretamente e sob regime de concessão ou permissão sempre através de licitação a prestação de serviços públicos. Leu o artigo 30. Nós temos serviços públicos de caráter essencial: educação, saúde, segurança pública e transporte coletivo. Isso é só uma análise só pra gente saber o quê que a gente está tratando aqui hoje. Em 1995 o então presidente Fernando Henrique Cardoso ele sancionou aquela lei que é essa lei federal 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que ela dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços. Essa lei fala como que vai ser feito isso, inclusive pelo Município que ela engloba desde o processo de licitação, tudo o que deve ser feito, o direito de usuário, o direito da prestadora no caso quem vai ser a

APROVADO
Por 07 votos a favor,
votos contra
e abstenção(ões).
Paraty, 12/08/2015
Presidente

concessionária, porque o Município não tem como executar esse serviço público. No caso a Colitur, no caso, eu acredito que ela já demande muito tempo no Município, isso não foi levado em conta e foi se ajustando. O Município até hoje não fez um projeto que regulamente esse serviço público. Até então n[os não temos. Infelizmente em razão dessas várias queixas, dessa tragédia que aconteceu em Trindade. Esse momento chegou e foi muito interessante porque a partir do momento em que a gente começou a estudar e ver a condição das políticas públicas voltadas para o transporte, a gente viu que a gente está muito fraco nesse setor. A gente tem que aprender muito, inclusive conversando com segmentos da prefeitura, a gente viu que a coisa é muito complexa porque envolve muitos mecanismos de transportes públicos. A gente criou a lei baseada em outras legislações que é esse projeto de lei 055, que está regulamentando esses serviços públicos municipais do transporte coletivo aqui na nossa cidade. Essa lei está tramitando, ela entrou agora aqui na Câmara, está entrado juntamente com esse decreto que uma forma que a gente vai interagir junto com outros segmentos, inclusive com transporte da secretaria de obras pra ver a aplicabilidade disso, com a própria Colitur ou a empresa que vier a substituir. Com a aprovação dessa lei, no caso de continuar a Colitur ou de outra empresa vir a substituir, ela vai ter que adequar a essa lei. E essa lei ela é muito interessante pra gente porque ela prevê os interesses de todos os envolvidos nessa questão, seja concessionária, que é a prestadora dos serviços, seja os usuários que somos todos nós, sejam os funcionários da Colitur, os fiscais, os departamentos que dão o suporte de faz a fiscalização, o próprio poder público, porque na realidade o grande responsável por isso é o poder concedente, porque o direito desses serviços é da prefeitura. Esse Conselho Municipal de Transporte Público é com que a gente diga que já houve três leis dele. Sendo que essa última é inaplicável. Está envolvido todo mundo que presta esse tipo de transporte, então a gente está estudando uma maneira de reduzir isso de uma forma que se torne efetivo, que ele possa efetivamente responder e corresponder ao que a gente quer. Deverá ser criado um fundo municipal de trânsito e ele deverá custear exclusivamente despesas de fiscalização, gerenciamento do sistema e melhoria da malha viária. Presidente: bom senhores, a lei está tramitando na Casa e será aberto aí para discussão de todos os interessados pra poder complementar as normas existentes e atuar com mais eficiência. São três pontos que estamos discutindo aqui: o Decreto, a regulamentação da lei e reativação do Conselho de Transporte no Município de Paraty. Desde 99 até 2000 e a agora tem a última lei 1.465 de 2005 que institui o conselho de transportes do Município de Paraty. Essa lei foi sancionada em 13 de junho de 2005 e pouco se fez em relação a essas discussões. Então Ronaldo, secretário

APROVADO
Por 07 votos a favor,
votos contra
e abstenção(ões).
Paraty, 19 / 10 / 2015
Presidente

de transporte, a proposta aqui da Câmara é que a secretaria de obras e transportes assuma esse papel de convocar a sociedade, as instituições para reativar esse conselho. Estamos colocando essa proposta aqui em votação pra que vocês de continuidade. Lembrando que vocês procurem melhorar a questão da nominação das instituições que são vinte e oito cadeiras. Um conselho com vinte e oito cadeiras realmente quase nunca vai se reunir. Irá falar só quem se inscreveu. Nesse momento eu gostaria de colocar em votação a continuidade desse processo. Lembrando que o Decreto e Lei nós iremos convocar uma sessão extraordinária que é competência da Câmara de discutir e de votar. O primeiro ítem que vamos colocar aqui em votação é o Decreto Legislativo, se os presentes ou a sociedade apóiam a continuidade do Decreto ou paralisamos esta ação. Nesse momento então quem for favorável ao Decreto, por favor, levante o braço. Quarenta e três a favor e vinte e três contra. Então o Decreto prosseguirá. Muito obrigado. O segundo item a ser votado é a lei municipal que regulamenta o sistema de transporte do Município, Projeto de Lei 55/2015, que regulamenta, cria parâmetros, cria eficiência, qualidade, que dá condição de fiscalizar, multar, caçar, enfim, melhorar o sistema existente. Iremos colocar em votação também o projeto de lei 055/2015, quem for favorável a continuidade do projeto e conseqüentemente votação na Câmara levante o braço. Quarenta e sete a favor da continuidade da Lei. Quem é contra a continuidade da lei opor favor levante o braço. Dezessete contra a regulamentação da Lei. Muito obrigado. O terceiro item é a convocação, implementação, regulamentação, adequação do conselho municipal de transporte do Município, a princípio de acordo com a lei 1.465/2005, dizendo que não tem que se preocupar com essa convocação primeiro e tem que encaminhar as devidas alterações nas sua reuniões e a Câmara está aqui para adequar, alterar e fazer o que for necessário. Então pela reativação do Conselho Municipal de Transporte, quem for favorável, favor levante o braço. Cinqüenta e três, muito obrigado. Quem é contra a reativação do Conselho Municipal de Transportes, por favor, levante o braço. Quatro. Então foi cinqüenta e três a favor e quatro contra. Dando continuidade vamos sortear o próximo da instituição. Secretária de Finanças Leônidas, quem responde é o secretário presente Ronaldo. Simpar Marcelo Assis. Quanto foi pago em 2015 a título de recursos públicos à empresa Colitur com seguintes despesas: passagens, secretaria de promoção social, transportes de servidores, alunos da escola pública, aluguel de ônibus faculdade e diferença de passagem de um real. Marcelo não está presente então a resposta será encaminhada depois por escrito. O próximo é da AMOT, o presidente é o Isaias, está dizendo: com tudo isso que foi falado, o que fazer? Com a palavra **Iaiá:** A todas as pessoas que são responsabilizadas. Primeiro das coisas

APROVADO
Por 07 votos a favor,
votos contra
e abstenção(ões).
Paraty, 19 / 10 / 2015

queria repudiar é querer jogar pra cima do motorista algo que ele tentou evitar, ou seja, as mesmas condições que o transporte público é precário para nós que usamos, também é precário para o motorista. E quando se fala em Trindade dentro da garagem nego treme, então o que fazer agora? Eu disse na outra reunião. Chega de lamentação. De fato o que vai acontecer. Eu boto culpa na secretaria de turismo e em outras porque se gasta milhões de reais no ano pra poder fazer evento festivo na cidade, foi criado a secretaria de turismo pro centro histórico e não para os demais lugares. A única coisa que a Trindade quer não é ônibus de segunda a segunda das sete da manhã e cinco da tarde lotado. O que a Trindade precisa é um estudo de capacitação de suporte sério pra saber quantas pessoas se deve visitar a Trindade durante o dia, porque se você pega o ônibus da Colitur as nove da manhã com cento e vinte pessoas até cinco horas da tarde, você já faz um cálculo de quantas pessoas entram na Trindade. Eu acho que o trindadeiro e nem o motorista tem culpa nisso, de fato a minha pergunta é o que fazer agora? Eu quero que o Ronaldo explique pra mim depois como está o processo de melhoria da estrada. A minha pergunta é em cima disso, vai ter um suporte carga pra nossa estrada? Pra nossa vila, pra poder tentar limitar um número grande excessivo pra dentro de Trindade. De fato a gente quer saber o final disso aqui. Buracos na lei existe. Presidente: Vou passar a palavra pro Ronaldo, e você me desculpe, já está acontecendo, aqueles que não querem observar e entender, não va,ao saber o vai acontecer nunca. Ninguém tem o poder supremo de resolver todo o problema. Se fosse muito fácil de se resolver, há cinqüenta anos atrás durante esse período já se tinha resolvido. Então não é fácil. Não existe diferença. Com a palavra o **Ronaldo**: Iaiá o que eu posso falar pra você com relação a questão da estrada é que após esse visita que foi feita junto com vocês, eu conversei agora pouco com Humberto a respeito disso, a proposta de mudar o traçado de um trecho da estrada. Ela vai ser apresentada quando tiver com o projeto técnico pronto. O ICMBio, o Eliel da APA Cairuçú. Tinha que ter também o responsável pela Serra da Bocaina, mais o Humberto me passou ali que esse trecho não faz parte do parque. Então assim que a gente tiver com esse projeto pronto, que vai ser o mais rápido possível que não é um projeto tão complexo assim. Conversei com ele agora a pouco ali, entre vinte trinta dias a gente já deve estar com esse projeto na mão, pra resolver o problema junto. Eu acho que a gente vai ter essa solução de projeto rápida. Agora a aprovação a gente vai ter que construir isso em parcerias e depois a questão financeira, que como é um traçado curto questão de cinqüenta duzentos metros não vai ter muito problema pra realizar. Os locais onde tem necessidade do guard-rail, eles vão ser apresentados pra gente ainda. Tem também a questão das placas, foram colocadas algumas, mais eu acho que

APROVADO
Por 07 votos a favor,
votos contra
abstenção(ões).
Paraty, 19 / 10 / 2015
Presidente

fazer um pouco mais, se a gente for falar no restante, tem o olho de gato que também é importante pro meio da estrada, para um momento de retorno, alguma coisa nesse sentido, são outros procedimentos que vão fazer parte do projeto. Vai ser apresentado o projeto completo. Não tem como precisar a data se vai fazer agora no fim do ano ou no começo do ano que vem. Ok. Obrigado. Presidente: espero também a contribuição de todos porque quando se fala em controle, em planejamento, em plano, muitas das pessoas se limitam a essa discussão e eu já estive na comunidade, já tentamos algumas ações nesse sentido e aí as vezes as pessoas reclamam disso. A próxima instituição inscrita é o Cledson Presidente da associação de Moradores do Novo Horizonte perguntando o que vai ser feito em caso dos trabalhadores que pegam ônibus na Boa Vista ao Patrimônio. Que trabalhador em Trindade e Laranjeiras, em horário de pico das quatorze e trinta às dezesseis e trinta, estão ficando sem trabalhar? Eu peço, em borá não esteja aqui a questão do horário foi limitado, o prefeito teve que tomar atitudes a pedido das comunidades. **Ronaldo:** Hoje a gente tem recebido reclamações sobre isso, porque com o Decreto do Casé regulamentando pra andar com quarenta e cinco pessoas no ônibus e essa atitude foi tomada pra melhorar a segurança das pessoas, embora os ônibus tenham por direito oitenta e quatro pessoas. A gente considera que esse número pra Trindade e Laranjeiras é um pouco excessivo, provocando um risco maior para as pessoas que moram lá. A gente fez hoje um encaminhamento pra Colitur de verificar a possibilidade da gente estar inserindo mais ônibus nesses horários. Eu acho que se a gente puder contar com a parceria do vereador. Nesse momento a gente não tem como exigir, porque a gente não tem forma legal pra fazer isso. Se puder contar com a parceria de vocês e estar viabilizando isso pelo na hora da pessoa vim pro trabalho e voltar seria muito importante senhor Tarcizo, muito obrigado. **Tarcizo:** eu me proponho a sentar com o Ronaldo, nós vamos adequar isso para que nosso passageiro não vai ter prejuízo nunca, ele vai ser bem atendido. Presidente: Vou fazer sorteio dos seis que vão falar. Quem vai falar é Camila Rodrigues de Souza. Camila não se encontra, vou ler a pergunta dela e depois vão ser respondidas: Por que estão enviando às vítimas propostas de acordos extrajudiciais e com valores tão baixos. Por que a vítima Inês Moneda encontra-se ainda no hospital em Ubatuba internada sem assistência da empresa Colitur? Gostaria que seu **Tarcizo** respondesse: eu queria saber o nome dessa paciente que nós não estamos a par disso. Presidente: Inês Moneda. José Luiz dos santos, também não se encontra. Gostaria de perguntar se a prefeitura continuará a ser mais rigoroso com a fiscalização, empresa de ônibus, Colitur, órgão de fiscalização do ministério público irá colocar junto a empresa. **Ronaldo:** a gente vai continuar fazer o mesmo trabalho que a gente

APROVADO
Por 07 votos a favor,
votos contra
e — abstenção(ões).
Paraty, 07/04/2015
Presidente

vem fazendo ao longo dos dois anos e oito meses. A fiscalização é permanente, é semanal, em dias de horários, às vezes na rodoviária, às vezes na empresa colitur, às vezes ao longo do trajeto. O que a gente pode fazer hoje é seguir a legislação vigente que a gente tem e aguardar que novos procedimentos aconteçam pra mudar a forma da gente trabalhar e poder mudar a forma de critério na fiscalização. Presidente: Iara Neves pergunta que explique o por que tão poucos coletivos para cadeirantes. Muitas vezes o deficiente tem que ficar ali esperando o próximo coletivo do que vai sair no momento ali, não é apropriado pra cadeirante, então ele tem que esperar o próximo. Eu queria saber também da lei que fala sobre o acesso para deficientes fisicos no centro histórico, porque o deficiente não tem acesso até a praça. Presidente: gostaria que o senhor Tarcizo respondesse. Nós temos uma frota do municipal de trinta ônibus, vinte e dois nós temos acessibilidade com elevador e oito ainda não. Estamos vendo pra colocar toda a frota com acessibilidade. Eu não sei precisar a data pra senhora. Presidente: a senhora sabe que a cidade é tombada, são vários órgãos dentro do Município que as vezes pensam que o prefeito tem condições de mandar e não tem. Depende de Iphan, de Inea, de vários órgãos. Não é fácil de se resolver. Talvez vamos ver com a pressão popular com as normas que estão avançando pra ver essa questão. Com relação à Câmara a senhora me desculpa, tivemos sim um problema técnico com o elevador, mais nós já estamos providenciando. Agora a questão do banheiro será adaptado também. O próximo é dos funcionários da Colitur. Vossa Excelência acha que Paraty tem estrutura para empregar cerca de duzentos e cinqüenta famílias? Presidente responde: existe responsabilidade. A concessão pública não é um direito particular e nem privado. Ele pode ser executado pelo poder público, vou dar exemplo, como a cidade de Maricá aonde o prefeito montou uma empresa pública e lá a passagem é gratuita e tem os seus funcionários trabalhando para o Município. Agora, não posso me responsabilizar pela ineficiência da prestação de serviços de qualquer prestador. Não estou dizendo só de Colitur, qualquer linha que possa fazer, seja marítima, seja terrestre, seja viário, é o poder público concedente, seja ele federal, estadual ou municipal e essa pergunta que foi colocado, infelizmente se houver troca realmente terá que colocar essas pessoas, dar prioridade e com certeza quem ganhar vai querer pegar quem tem experiência. Ou começar tudo de novo, ou trazer de foro que é inviável. Se for o poder público melhor ainda que ele tem a acessibilidade maior que será dele, agora se for outro infelizmente essa culpa não parte desse poder legislativo e sim de quem não prestou o serviço e aí a culpa é da empresa, porque tem inúmeros incidentes como também funcionários procuram a gente e diz que reclamam, falam com a empresa, o ônibus não tem

APROVADO
Por 07 votos a favor,
votos contra
abstenção(ões).
Paraty, 19/10/2015
Presidente

a manutenção e é uma série de sucessão de erros durante ao longo dos anos. Não adiante chegar pra mim e dizer que é um caso particular isolado. Por favor Ronaldo, independente da situação de qualquer empresa a prefeitura tem sim que saber e nós vamos cobra de vocês, assistência tem que acompanhar pra não deixar essas pessoas desamparadas. As pessoas só vê o seu lado pessoal. O próximo é Fernanda Larcerda que pergunta: qual a proposta da empresa para melhoria da frota e melhoria nos horários de transporte para Trindade, pois nós cidadãos que dependemos desse transporte estamos sendo impedidos de ir e vir nos horários que necessitamos. Estamos a mercê de boa vontade da empresa, ficamos duas horas para esperar o ônibus. **Tarcizo:** É o que eu falei, eu vou sentar com o Ronaldo e nós vamos ver essa necessidade porque esse Decreto pegou a gente de surpresa também. Eu tenho que ter mais ônibus, mais funcionários, mais motoristas, cobrador. Eu tenho que me preparar também. Não é do dia pra noite que eu consigo isso. **Ronaldo:** a gente sabe que vai ter problema no começo, porque foi tomada uma decisão em virtude do problema que ocorreu. Eu tenho uma sugestão que nós vamos conversar. Eu acho que a participação de quem utiliza o serviço é importante pra gente errar menos e deixar o serviço mais próximo possível do ideal. A minha sugestão é que a gente aumente o número de ônibus nesse sentido, porque nessa rota eu acho que não há necessidade de impedir os oitenta e três passageiros, nessa rota o risco é menor porque não tem essa declividade que tem na Trindade e nem em Laranjeiras, agora com relação a Laranjeiras e Trindade a prefeitura não vai abrir mão do Decreto enquanto a gente não tiver uma frota mais atualizada, uma frota nova que gere um pouco mais de segurança e que a gente fique mais tranqüilo. Hoje a gente vai ter que criar horários diferenciados pra rota que vai até a divisa de Ubatuba, que eu acho que isso solucionaria do problema não só do Patrimônio, mais de todas as comunidades que estão na beira da pista e ficaria com uma exceção somente a rota de Laranjeiras e Trindade a princípio. Presidente: Aline Sá pergunta: Se o senhor tem ciência dos problemas da empresa, esperam tanto tempo para pedir a saída da mesma. Aline: Esperaram acontecer uma fatalidade para correr atrás de tudo e agora quem vai ficar na mão somos nós, tudo bem, vocês não tem nada a ver com isso como vocês falaram que talvez vocês ficam penalizados com nós funcionários, legal, mais vocês já sabiam disso antes, por que só agora resolveram fazer uma assinatura com abaixo assinado, me explica. Presidente: tudo na vida tem um momento que você tem que tomar atitude. Vocês defendem o interesse de vocês. Você está defendendo o seu interesse, respeito, mais nós aqui estamos defendendo o interesse da população. Os limites foram dados, não é de hoje. Se a senhora puder observar a quanto tempo. Se eu fizesse esse mesmo trabalho cinco anos

APROVADO
Por 04 votos a favor,
votos contra
abstenção(ões).
Paraty, 19/05/2015

atrás, você iria fazer essa mesma pergunta. Eu tenho trinta e nove anos e não é de hoje que isso acontece, só que cada vez vai se protelando e vai piorando se não se toma atitude. Então eu acho que já foi dado muito tempo e eu vou mostra pra vocês o valor e a quantidade de recurso e vou publicar porque é meu dever pra população saber, porque o que a empresa prega é que não tem recurso, não dá renda, sempre a mesma história e quando vem me procurar é só pra aumento de tarifa. Nós não aceitamos. Eu recusei o projeto de aumento de tarifa nessa casa enquanto eu estiver aqui, enquanto não tomar as providências necessárias , não passará qualquer tipo de aumento aqui nessa casa. Temos que ter responsabilidade. Essa pergunta também você tem que fazer pra empresa, porque que a empresa prestar um mal sérvio como esse. Cadê a manutenção? Cadê o recurso que essa empresa ganha? Tanto dinheiro que suga da população, pra onde que vai. O que me parece, essa empresa, ela arrecada aqui para subsidiar outros municípios, não é possível, porque o lucro existe e muito. Então minha querida, vocês me desculpa, mais a atitude seja nós ou não será tomada. Esse processo pra que fique bem claro pra vocês, quem vai dar ou não a caducidade ou não de dizer é o poder Executivo. Existe uma norma legal e você vê está aqui, acho que já foi dado muito tempo pra empresa. As notificações estão aqui. Eu tenho aqui em minhas mãos a ata. Alertei o seu Tarcizo no dia 25 aqui nessa Casa Legislativa, desde 2009 nós estamos tentando tomar uma atitude. Eu digo pra vocês não se preocuparem porque isso não é uma sentença não. O último pela ordem inscrito é o Marinho Veloso para a Câmara Municipal perguntando: que o conselho de transporte nunca funcionou, por que a população de Paraty a sociedade civil organizada são maioria nesse conselho que deveria ser no mínimo portaria. Peço revisão da Lei 1.465 que institui o conselho. **Marinho:** em primeiro lugar eu queria incluir aqui uma defesa aos trabalhadores da Colitur, eu acho que a prefeitura poderia incluir aí um dispositivo em algumas dessas leis eu acho que isso não difícil de fazer e devia ser feito. Voltando ao assunto do conselho. Esse conselho tem atribuições muito importantes, inclusive era que poderia estar fazendo essa lei em parceria com a Câmara. Tem que ser reativado, só que a constituição nesse conselho não é paritária. A população de Paraty, a sociedade civil organizada está em minoria, são treze da prefeitura, sete da sociedade civil e três da população. Tem que rever isso. A associação de engenheiros e arquitetos de Paraty enviou pra vocês uma proposta de revisão. Esse conselho tem que reativar para que tenha mais participação da população. Presidente: o que eu tenho a dizer pra vocês é que nós temos observado que os conselhos realmente estavam inativos e temos observado uma grande relevância na atual gestão de retomada desses conselhos. A lei que foi criada é a 1.465/2005. Eu não estava nem presente

APROVADO
Por 07 votos a favor,
votos contra
abstenção(ões).
Paraty, 19 / 10 / 2015
Presidente

aqui nessa casa que eu não estava ainda como vereador. A lei gente ela é mutável. Se esse lei aqui não atende a realidade, nós estamos aqui para alterar, não tem problema nenhuma. Ao meu modo de ver isso aqui não funciona, mais a sociedade tem que participar porque são dois conselhos que ninguém quer assumir. Eu vejo conselho de tudo aí. Conselho de educação, de assistência social, do idoso, criança, adolescente, mais quando se fala no conselho de segurança e no conselho de transporte, ninguém quer assumir e foi provocado aqui pela sociedade, pediram pra fazer um fórum de segurança pública, num momento de muitos homicídios na cidade. Fui na Casa da Cultura e eles me pediram o projeto de lei, foi feito o projeto de lei e falei que por iniciativa da população cinco por cento do eleitorado poderia ter o projeto de iniciativa da sociedade. Eu tive um afastamento porque fui assumir um cargo no governo federal e voltei, quando voltei nada foi adiante porque as pessoas que estavam ali naquele momento de comoção que queriam esse procedimento, falaram que não conseguiam assinatura e a participação de ninguém porque todo mundo tinha medido de colocar identidade e CPF. Criamos o projeto e agora ninguém quer assumir, quer que eu assuma. Vereador não pode assumir presidência de conselhos. Muitas ações de vocês vão passar por aqui. Além da falha do poder público de não cobrar, os conselhos vão ficando de lado. O que nós colocamos aqui é que realmente vocês possam sentar, sentem vocês, a secretaria de transporte, não concordo com essa monte de cargos na prefeitura, primeiro que não vai nem participar, nenhum governo não vai participar com tanto cargo, tem que se enxugado. Nós colocamos aqui essa consulta pra que justamente possamos trazer vocês para que juntos possamos resolver esse problema. Senhores acabou a fala. Tem algumas perguntas aqui que vou ler e vou entregar depois aos senhores. Por respeito às pessoas que estão presentes. Essas perguntas, toda essa documentação estão no site da Câmara. As pessoas nos cobram, nos criticam, mais na hora de participar ninguém tem paciência, ninguém tem tempo, todo mundo quer ir embora cuidar, resolver o seu problema pessoal mais estamos aqui por um problema público. Todo mundo fala mais a situação é essa, a realidade que nós temos. Será em breve comunicado aos senhores a votação do decreto, se possível na semana que vem. A legislação vai demorar um pouco porque precisa melhorar a questão junto com a secretaria, junto com a sociedade pra que possamos votar a lei porque regulamenta e também o conselho nós iremos monitorar pra que seja reativado. No mais, essa é uma consulta, estamos aqui a disposição também, porque é uma coisa diferenciada, é uma consulta, não é um debate, não é uma audiência pública. Obrigado pelo apoio, obrigado pela paciência de vocês. Fica aqui o meu respeito a todos vocês. A empresa, espero seu Tarcizo que consiga resolver esse problema.

esse problema. Obrigado aos vereadores. Obrigado a guarda Municipal que nos apoiou, a todos os servidores da Câmara Municipal que cooperaram para a realização desse evento. No mais, muito obrigado, dou por encerrada a presente consulta pública.

Salão Nobre, 02 de Outubro de 2015.

PRESIDENTE **1º SECRETÁRIO** **2º SECRETÁRIO**

APROVADO
Por 07 votos a favor,
— votos contra
e — abstenção(ões).
Paraty, 19/10/2015
Presidente